



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13710 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT23 - Gênero, Sexualidade e Educação

CORPOS E SUBJETIVIDADES LÉSBICAS E SAPATÃO: ENTRE (IN)VISIBILIDADES, PRECARIIDADES E RESISTÊNCIAS

Misaeli Botelho Lima - UFPR - Universidade Federal do Paraná

Gesiele Vargas - UFPR - Universidade Federal do Paraná

Dayana Brunetto Carlin dos Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CORPOS E SUBJETIVIDADES LÉSBICAS E SAPATÃO: ENTRE (IN)VISIBILIDADES, PRECARIIDADES E RESISTÊNCIAS

Resumo:

O presente texto busca dialogar sobre as violências específicas que incidem socialmente sobre os corpos de lésbicas e sapatão, através do I LesboCenso Nacional e de outros dados. Pretende também falar sobre questões relacionadas às invisibilidades, hipervisibilidades, violências e abjeções no âmbito escolar, por meio de uma discussão teórica sobre gênero, sexualidade e educação a partir dos estudos *Queer*, de teorizações feministas e pós-estruturalistas. Nas considerações, dialoga-se ainda sobre as insurgências das resistências frente às estruturas normativas.

Palavras-chave: Lésbicas, sapatão, violências, ambiente escolar.

Introdução

Quando se pensa em mulheres lésbicas e sapatão, existe uma disputa de narrativas relacionadas aos modos de vivenciar a expressão de gênero e a sexualidade. Fala-se em dinâmicas de reprodução do binarismo masculino/feminino, discute-se sobre silenciamentos e invizibilizações, se produz narrativas comuns ainda sobre quem pode reivindicar-se como sapatão (BRUNETTO, Dayana, 2021)^[1]. As identidades lésbicas não são fixas e estão em

constante tensionamento com os discursos e práticas sociais consideradas como “corretas”.

Neste texto optou-se por discutir sobre questões urgentes relacionadas às violências que incidem sobre os corpos e subjetividades lésbicas e sapatão. Seja performando ou não a feminilidade esperada pela sociedade, seja invisibilizado ou hiper visível, são corpos que se produzem em afronta às normativas de gênero e sexualidade. A partir disso, este texto tem o objetivo de propor a discussão sobre a precariedade e a marginalização dessas sujeitas alvos da lesbofobia e de outras violências e exclusões, que se dão inclusive no ambiente escolar. Para isso serão utilizados o relatório do I LesboCenso Nacional e outras fontes de dados.

Discussões e análises parciais

O I LesboCenso Nacional: mapeamento das vivências lésbicas e sapatão no Brasil (2022), foi a primeira pesquisa em grande escala a nível mundial que aponta dados relacionados à população lésbica e sapatão do Brasil. O I Lesbocenso foi idealizado e realizado por lésbicas e sapatão ativistas-pesquisadoras dos movimentos sociais lésbicos feministas e da universidade. Depois da realização da sua primeira etapa quantitativa, foi elaborado um relatório descritivo que traz dados interessantes para se pensar sobre os processos de subjetivação das lésbicas e sapatão no Brasil. (Grazielle TAGLIAMENTO; BRUNETTO; Raquel ALMEIDA, 2022), Dayana Brunetto e Léo Ribas (2021) argumentam que “a invisibilidade, o apagamento e aniquilação das subjetividades lésbicas, lesbianas e sapatonas constituem-se em estratégias de saber-poder, que se desdobram na contemporaneidade” (BRUNETTO E RIBAS, 2021, p.78) e se produzem na esfera do dispositivo da sexualidade a fim de manter a ordem vigente. (FOUCAULT, 2017)

Para Foucault (2007) as relações de poder são produtivas e também microscópicas, pois atuam nos corpos de maneira imperceptível, moldando, de alguma maneira, certas ações. Já o dispositivo da sexualidade é o conjunto de práticas, discursivas, não discursivas e institucionais que produzem a sexualidade em vários âmbitos da sociedade. (FOUCAULT 2017)

Ainda segundo Foucault (2007) em qualquer sociedade, o corpo está no interior dos poderes. Na sociedade ocidental, as práticas e experiências da sexualidade vistas como “normais” são as do casal heterossexual (homem e mulher) para fins de procriação. Outras vivências que estão para além dessa prática, são consideradas como abjetas. Monique Wittig (2022) faz uma crítica aos discursos da sexualidade pois eles supõem, *a priori* e antes de mais nada, que a base da sociedade é a heterossexualidade.

A autora argumenta que esses discursos “nos oprimem uma vez que nos impedem de falar a não ser que falemos nos termos deles”. (WITTIG, 2022, p.59) Adrienne Rich (2010) se soma à crítica de Wittig apresentando o conceito de heterossexualidade compulsória como “algo que tem sido imposto, administrado, propagandeado e mantido por força” (RICH, 2010, p. 35), pois a heterossexualidade se apresenta como intrínseca e “natural” para as pessoas designadas compulsoriamente como femininas no nascimento. Judith Butler (2000) também

teoriza sobre a norma heterossexual e afirma que ela possibilita algumas identificações de gênero e sexualidade e limita outras.

As identificações de gênero e sexualidade que escapam da norma cisgênera^[2] e heterossexual são colocadas em uma matriz excludente que impõe a esses corpos situações de abjeção. Quando refere-se aos corpos e subjetividades lésbicas e sapatão, por desafiarem as normas da matriz heterossexual e de gênero, são postos de maneira compulsória à margem da sociedade (BRUNETTO E RIBAS, 2021).

Para Butler (2018) o que somos coagidas/os a fazer é representar o gênero que nos foi atribuído e isso implica, “ser formado por um conjunto de fantasias alheias que são transmitidas por meio de interpelações de vários tipos.” (BUTLER, 2018, p. 38) Mas essa representação escapa e desliza de certas normas fixas e estabelecidas. Um exemplo disso é a sapatão que não performa feminilidade, que por meio de sua expressão corporal e de vestimenta reivindica para si alguns códigos que são percebidos socialmente como masculinos.

Essa não feminilidade desloca a norma que impõe a coerência do sistema corpo, gênero e desejo (RUBIN, Gayle, 2003) fazendo com que esses corpos se fabriquem em uma cristaleira de hipervisibilidade (HALBERSTAM, Jack, 2008). O conceito de cristaleira sapatão, foi reformulado por Dayana Brunetto (2021) a partir da exposição e “fabricação de corpos que se fazem em meio ao deboche e à ironia, em constante afronta e esgarçamento das normas de gênero e sexualidade” (BRUNETTO, 2021, p.17) Essa afronta está atrelada a hipervisibilidade, que segundo Jack Halberstam (2008) diz respeito a complexa relação com a constante exposição dessas subjetividades na sociedade, por existir um tensionamento visível e constante em seus corpos frente às normas de gênero e sexualidade.

O eixo auto-identificação do I LesboCenso Nacional (TAGLIAMENTO; BRUNETTO; ALMEIDA, 2022) demonstra que em relação a expressão de gênero, a maioria das 21.051 respondentes identificam-se com o padrão social de feminilidade, porém mesmo expressando a feminilidade esperada pela sociedade, ainda existe um tensionamento frente às expectativas sociais esperadas dos corpos designados femininos. Pois ainda são mulheres que “desafiam e se atrevem a não estar disponíveis para os usos de machos ou a serviço dos prazeres masculinos” (BRUNETTO E RIBAS, 2021, p.67) deslocando mais uma vez a esperada coerência que atrela corpo, gênero e desejo de forma linear, bem como provocando rupturas no sistema de poder que faz funcionar a heterossexualidade compulsória.

Esses tensionamentos e rupturas produzem as lésbicas e sapatão como alvos de violências específicas. O eixo violência do I LesboCenso Nacional (Idem.) traz que 78.61 % das respondentes já sofreram lesbofobia. Com relação aos tipos de violências sofridas, o assédio moral e sexual foram os mais citados.

É possível refletir a partir desses dados e considerando que as respondentes são todas

maiores de 18 anos sobre as maneiras pelas quais a escola contribuiu, e colabora com as práticas de violência, exclusão e marginalização direcionadas aos corpos e subjetividades lésbicas e sapatão. A instituição escolar é aqui tomada como um dispositivo disciplinar (FOUCAULT, 2017) que busca produzir subjetividades específicas. Conforme Guacira Lopes Louro (1997) a instituição escolar “aponta aqueles/as que deverão ser modelos e permite também que os sujeitos se reconheçam (ou não) nesses modelos”. (LOURO, 1997, p. 61) A subjetividade produzida e requerida pela maquinaria escolar está nos moldes do homem branco, heterossexual, cisgênero, cristão e sem deficiência.

Dessa forma, a escola apresenta dificuldades em trabalhar com as pessoas e subjetividades dissidentes da norma vigente, pois os saberes que atuam nesse ambiente estão atrelados a certos regimes de verdade. Foucault (2010) argumenta que “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade: isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros...” (FOUCAULT, 2010, p.12-13). A escola é um espaço de manutenção das normas e mantém certos discursos que produzem a população de Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - LGBT^[3] como desviantes ou excêntricos. (LOURO, 2013)

A lesbofobia é uma realidade presente em espaços educacionais. A falta de informação e a perpetuação de estereótipos e preconceitos faz com que essas mulheres sejam marginalizadas e invisibilizadas no ambiente escolar, seja por parte das/os colegas, das/os professoras/es, de demais profissionais da educação ou até mesmo do próprio sistema educacional. A pesquisa "Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil" (2011), demonstra que 50% das lésbicas entrevistadas relataram ter sofrido discriminação por sua orientação sexual, e dessas, 25% perceberam as/os colegas da escola como agentes da discriminação.

O momento político que o Brasil vivenciou a partir de 2018 se deu em meio a ataques à democracia, com um presidente de extrema direita no poder. Com isso, houve um reforço e muitos incentivos relacionados ao preconceito e a discriminação, bem como uma disseminação de *fake news* envolvendo questões de gênero e sexualidade. O termo "ideologia de gênero" cunhado pela igreja católica e acionado por ativistas reacionárias/os religiosas/os (JUNQUEIRA, 2018) foi criado como uma estratégia para veicular ações políticas que reafirmam valores e dogmas religiosos a fim de preservar as normas moralmente tidas como “corretas” pelas tradições judaico-cristãs.

O movimento anti gênero espalhou-se por países da América Latina, incluindo o Brasil. Junto a outras mobilizações como o “Escola Sem Partido” possuem um viés de incentivo e perseguição a professoras/es que ousam abordar gênero e sexualidade na escola. Este cenário faz aumentar ainda mais as situações de preconceito e abjeção destinadas aos corpos de lésbicas e sapatão. O silenciamento e a falta de abordagem sobre as questões de gênero e sexualidade contribuem para a exclusão e precarização dessas corporalidades no ambiente escolar.

Considerações...

Ainda há muito o que se pensar, bem como dialogar sobre as realidades lésbicas e sapatão tanto na sociedade quanto no ambiente escolar. Entretanto, estão ocorrendo tensionamentos importantes para que essas vivências sejam vistas e exponham as violências a que estão sujeitadas pelas situações de abjeção. Os regimes normativos que também atuam no ambiente escolar ainda permanecerão vigentes, mas as corporalidades lésbicas e sapatão demonstram possibilidades de resistência.

A partir do pensamento de Foucault (2017) pode-se dizer que frente aos regimes de poder sempre existem estratégias de resistência. Isso pode ser observado através do protagonismo de lésbicas, sapatão e feministas nas ocupações escolares do Paraná, em 2016 (MORESCO, Marcielly, 2020) que evidenciam os corpos produzidos na insubmissão das normas. Portanto, por mais que a estrutura dos regimes de verdade esteja fixa impondo situações de abjeção e violência, não é eficaz a ponto de interferir na insurgência das resistências.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia**. 1º- ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. in Louro, Guacira Lopes. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Tradução SILVA, Tomas Tadeu. 2ª Edição, Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

BRUNETTO, Dayana. **Narrativas Sapatão em Disputa: identidade e atitude sapatão**. (Relatório de Pós-doutorado). Universidade Federal do Paraná – UFPR. Setor de Educação, 2021. (não publicado)

BRUNETTO, Dayana; RIBAS, Léo. **Quem cabe nesse arco-íris? Arco-íris para quem? (In)visibilidades lésbicas e sapatônicas/Organização: Dayana Brunetto, Grazielle Tagliamento** – Curitiba: UFPR, 2021. 189 p.

Diversidade sexual e homofobia no Brasil/[organizadores Gustavo Venturi, Vilma Bokany]. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011. 252 p.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1 : a vontade do saber**. 5ª Ed. - Rio de Janeiro/ São Paulo, Paz e Terra, 2017.

_____. **Vigiar e Punir: História da violência nas prisões**. 34. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

HALBERSTAM, Jake. **Masculinidad feminina**. Durham: Duke University Press, 2008.

- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Ideologia de Gênero: uma ofensiva reacionária transnacional. **Tempo e Presença**. n. 32, p. 1-22, 2018.
- LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade, o normal, o diferente e o excêntrico. **In Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação/**
- Guacira Lopes Louro, Jane Felipe, Silvana Vilodre Goellner (organizadoras). 9. ed. - Petrópolis, RJ : Vozes, 2013.
- MORESCO, Marcielly Cristina. **Primavera secundarista feminista: corporalidades, gêneros e sexualidades dissidentes nas ocupações escolares no paraná(2016/2)**. (tese de doutorado) - UFPR Setor de Educação, 2020.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas: estudos gays, gêneros e sexualidades**. Natal: v. 4, n. 5, jan./jun. p. 18-44, 2010.
- RUBIN, Gayle. Pensando o sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 21, p. 1-88, 2003.
- TAGLIAMENTO, Grazielle; BRUNETTO, Dayana; ALMEIDA, Raquel Mesquita. **I Lesbocenso Nacional: mapeamento de vivências lésbicas no Brasil**. Relatório descritivo 1º etapa (2021-2022). Brasília, DF, Brasil: Liga Brasileira de Lésbicas (LBL); Associação Lésbica Feminista de Brasília – Coturno de Vênus, 2022. Disponível em: Acesso em: 20 fev. 2023.

[1] Optamos por grafar o prenome das autoras do gênero feminino sempre que são citadas pela primeira vez no texto para visibilizar suas produções, uma vez que quando se grifa apenas o sobrenome, o imaginário social remete imediatamente a produção a um homem.

[2] “Cisgênero” - Conceito cunhado pelas pesquisadoras transfeministas para nomear as pessoas que identificam-se com o gênero designado ao nascimento. Para mais informações: <https://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>

[3] Optamos por utilizar a sigla votada na I Conferência Nacional em 2008 e referendada nas subsequentes, por representar uma conquista simbólica para os movimentos de lésbicas feministas, uma vez que foram esses movimentos que lutaram para que a letra L passasse ao início da sigla visibilizando a dupla opressão a que lésbicas e sapatão estão sujeitas, machismo e lesbofobia.